

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO
MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE -
FMPRMA - REALIZADA EM PRIMEIRO DE FEVEREIRO DE 2017.**

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, ao meio-dia, realizou-se a 8ª. Reunião Ordinária do CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, gestão 2014 – 2016, na SEMAM, à Praça dos Expedicionários nº 10, com a seguinte ordem do dia: 1. Apresentação do Secretário de Meio Ambiente – Marcos Libório; 2. Projetos aprovados pelo FMPRMA; 3. Assuntos Gerais. Presentes – Conselheiros: Marcos Libório, Ademar Salgosa, Eduardo Lustoza, Renan Ribeiro, Viviane Ferreira, Lupércio Teixeira. Convidados: Marcio Paulo, Fernando Azevedo. Sr. Marcio Paulo apresentou o novo Secretário de Meio Ambiente, Sr. Marcos Libório, e lembrou que, de acordo com a legislação do Fundo de Meio Ambiente, é quem exerce a função de presidente desse Fundo. Ele agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião distribuindo o relatório elaborado por Sr. Fernando sobre os recursos e projetos aprovados de 2016 e sobre novos recursos advindos do Ministério Público, de R\$ 6.000.000,00, com destinação estabelecida aos seguintes projetos: 1. R\$ 3.230.000,00 para Estudos sobre a erosão da Ponta da Praia; 2. R\$ 2.500.000,00 para Sistema de Gestão Ambiental Integrada; 3. R\$ 20.000,00 para Destinação de lâmpadas fluorescentes; 4. R\$ 250.000,00 para Regularização Fundiária do Caruara, em tratativas com a Sedurb, com reunião agendada para 08 de fevereiro. A verba do TAC de março de 2016 foi destinada à modernização das comportas dos canais através da automação das mesmas. O saldo para novos editais é de R\$ 703.672,50. Sr. Ademar perguntou qual o cenário daqui para frente e Sr. Marcio Paulo respondeu que, quanto às verbas, será difícil conseguir que o ICMS ecológico seja depositado no Fundo de Meio Ambiente, pois atualmente é depositado na Fonte 1, e que outras fontes podem ser determinadas pelo Ministério Público. Sr. Ademar perguntou sobre o estudo caracterizado do aterro da Alemoa, com estimativa de R\$ 1 milhão. Sr. Marcio respondeu que em 2012 foi realizado o estudo preliminar da área, conforme determinado pelo manual de áreas contaminadas da CETESB, e que agora deve ser feito o estudo definitivo com a análise de risco à saúde humana, foram realizadas cotações para a realização de processo licitatório, orçado em, com R\$ 312 mil para o diagnóstico, com a finalidade de uso e remediação da área. Sra. Viviane disse para apresentarem o projeto e o termo de referência, pois, de acordo com a legislação, é possível conseguir por meio do Fundo de Meio Ambiente com o consenso dos conselheiros. Sr. Lustoza ressaltou que a erosão na Ponta da Praia é responsabilidade da União e o município está pagando a



conta. Citou que esteve em programa na Band, onde ressaltou as certezas: a mudança que ocorreu no local, visível a todos; a erosão provocada pela saída da maré, levando sedimentos para o canal 2; a erosão advém de uma alteração no cenário, e a única significativa foi o aprofundamento da dragagem; a água não faz curva, quando chega na área da Ponta da Praia, continua em linha reta, causando inundações. A responsabilidade sobre o porto é da área federal, mas incomoda pagar a conta. Sr. Ademar complementou dizendo que a obra exigia guia corrente e a administração portuária se omitiu. Em seguida, solicitou a apresentação do Termo de Referência para constatar o valor das planilhas e seu direcionamento. Sr. Lustoza informou que a AEAS realizou um seminário com palestrante canadense, o qual esclareceu que, por proteção da cidade, é necessário uma obra de engenharia para conter as ondas frontais, a draga constrói um castelo de areia debaixo d'água. Na gestão do Secretário Fábio Nunes, a SEMAM cobrou respostas da CODESP e seu representante no Comdema se colocou contra. Sr. Ademar disse que se esperar que a União e outras entidades solucionem, vai demorar muito para ser resolvido, se o for. Sr. Libório informou que a USP deu continuidade aos estudos após o encontro da AEAS e que a população aguarda respostas. Explicou que o termo "soluções definitivas" é muito forte, mas foi o escolhido pelo Ministério Público. Sr. Lustoza incluiu a seguinte ressalva, que terminados os estudos, o Poder Federal terá que repor os recursos. Sr. Renan citou a importância da caracterização histórica da região. Sr. Lustoza citou uma solução, parede de maré, elaborada por empresa americana, com material de liga termoplástica e lembrou que na ressaca anterior, a areia ficou acumulada nas ruas e jardins. A Codesp enviou ao Comdema a especialista Sra. Celia Regina, que culpou o aquecimento global, mas Sr. Marcio lembrou que há dois momentos da estudiosa, antes e depois da Fundespa. Sr. Ademar perguntou quando receberão o Termo de Referência sobre o aterro da Alemoa e Sr. Marcio respondeu que na semana seguinte. Sr. Lustoza sugeriu examinar os estudos do canadense, Sr. Chuck, baseados nas modelagens. Sr. Libório lembrou que é importante não perder a noção do tempo, pois é uma questão de segurança e também imobiliária. Sr. Renan perguntou sobre o projeto 2 e Sr. Marcio respondeu que R\$ 500 mil serão destinados ao núcleo avançado no antigo Colégio Santista, em 3 salas na unidade, sendo uma de Educação Ambiental e R\$ 2 milhões direcionados para a Semam atualizar o sistema, com prestação de contas ao FMPRMA e ao Ministério Público. Sr. Renan ressaltou a necessidade de aprimorar o equipamento para fiscalizar a balneabilidade, incluindo análises em locais com contaminantes e esgoto doméstico. Sr. Marcio concordou e lembrou que o sistema atual monitora apenas a água, e só coleta, não influencia no resultado que é elaborado pela Cetesb. Sr. Lustoza observou a importância em fechar

parcerias com as universidades e Sr. Marcio informou que já foram chamadas para dialogar e parcerias foram alinhavadas. Sr. Lustoza perguntou se o sistema estará integrado à cidade digital e Sr. Marcio confirmou dizendo que tudo irá para o SIG Santos, disponível a técnicos e população. Quanto ao projeto 3, Sr. Lustoza perguntou se não é possível lucrar com as lâmpadas em vez de pagar pelo recolhimento. Sr. Marcio disse que eles ainda cobram para reciclar. Informou que foi protocolado na Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, no dia anterior, a proposta de uma usina de reciclagem de geração de energia, o que pagaria a Terracom e modernizaria a visão e as ações quanto ao assunto. O local seria próximo ao presídio Samaritá, a fim de destinar resíduos sólidos urbanos. Sr. Lustoza sugeriu agendar com a empresa CONNEPAR, que possui novas soluções para empreendimentos ambientais. O presidente ressaltou a importância de unir forças e, nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Eu, Sandra Cunha dos Santos , lavrei a presente ata, contendo três páginas, que após aprovada pelo Conselho, será assinada pelo Presidente.


MARCOS OLIVEIRA LIBÓRIO